

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

**Subcláusula Segunda.** O acompanhamento e fiscalização da execução do presente convênio serão feitos por intermédio de:

I - relatórios trimestrais que deverão ser inseridos pelo CONVENENTE no SICONV, contemplando a verificação quanto à boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável; à compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados; ao cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas; à comprovação da contrapartida pactuada e ao cumprimento das exigências para contratação e pagamento.

II - participação de técnico da Concedente em eventos a serem realizados no convênio, conforme Plano de Trabalho, resultando na produção de Relatório de Monitoramento *in loco*, a ser juntado ao processo em epígrafe.

**Subcláusula Terceira.** A CONCEDENTE, no exercício das atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, com base no disposto do art. 67 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, poderá:

I - valer-se de apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que situem próximos ao local da aplicação dos recursos, com tal finalidade; e

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

**Subcláusula Quarta.** A fiscalização pela CONCEDENTE consistirá em verificar:

I - o cumprimento pelo CONVENENTE da obrigação contida no art. 49, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;

II – se a compra de materiais e a contratação de prestadores de serviços observou o disposto nos artigos 57 a 61 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, atentando-se especialmente para a validade das propostas; os preços do fornecedor selecionado e a respectiva compatibilidade com os preços de mercado; e o enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente contratado;


III – se o CONVENENTE forneceu declaração expressa firmada por seu representante legal no SICONV, atestando o atendimento às disposições normativas referidas no inciso anterior;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nos prazos e condições estabelecidas;

V - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

VI - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados; e

VII - a regularidade das informações registradas pelo CONVENENTE no SICONV.

 11



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**Subcláusula Quinta.** Constatadas irregularidades na execução deste Convênio ou pendências de ordem técnica, a CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e notificará o CONVENIENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período;

**Subcláusula Sexta.** Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a CONCEDENTE apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas do CONVENIENTE e dará ciência à Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 6º; § 2º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;

**Subcláusula Sétima.** Findo o prazo fixado para adoção de providências e apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas ofertadas, o ordenador de despesas da CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial;

**Subcláusula Oitava.** A CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle sobre qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público, nos termos do art. 6º, § 3º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;

**Subcláusula Nona.** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal;

**Subcláusula Décima.** A fiscalização pelo CONVENIENTE consiste na atividade realizada de modo sistemático com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos, na forma da Cláusula intitulada “Da Contratação com Terceiros” e compreende, também, a designação de profissional ou equipe de fiscalização, com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos contratos celebrados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

**Subcláusula Primeira.** Este Convênio poderá ser alterado, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, bem como seu prazo de vigência prorrogado, por meio de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do objeto e que a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

**Subcláusula Segunda.** Excepcionalmente e mediante justificativa, o CONVENIENTE poderá solicitar a reformulação do Plano de Trabalho, do Projeto, e/ou Termo de Referência, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida à aprovação da autoridade competente da CONCEDENTE, e desde que não haja alteração da classificação econômica da despesa.